

1. Contexto operacional

A Ufv Mira Flores I Energia SPE S.A. (“Companhia”), constituída em 25 de novembro de 2019, é uma sociedade anônima de capital fechado sediada na Faz Consolação, s/n, Anexo parte, Zona Rural, município de Paulistana, estado do Piauí.

A sociedade tem por objeto social a geração de energia elétrica, instalação de máquinas e equipamentos industriais; Aluguel de imóveis próprios; e Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

A emissão destas demonstrações contábeis e notas explicativas foram autorizadas pela diretoria da Companhia em 31 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Julgamentos

A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

(b) Estimativas e premissas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A Administração da Companhia não identificou incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício.

2.1.4. Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.2.1. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. Deve ser apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.2.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tais no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. O principal ativo financeiro classificado nesta categoria é “Aplicações financeiras” (Nota 3).

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os principais ativos financeiros que a Companhia possui e mantém classificados nesta categoria são:

- Contas a receber de clientes.

b. Passivos financeiros

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros que a Companhia possui e mantém classificados nesta categoria são:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Fornecedores a pagar;
- Empréstimos e Financiamentos bancários;
- Fiança Bancária;
- Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias;
- Obrigações Tributárias.

2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2.4. Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada pela Secretaria da Receita Federal dos bens, e estão demonstradas na Nota 5. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

2.2.4. Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base no resultado contábil, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável mensal excedente a R\$ 20.000 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

O lucro tributável geralmente difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

2.2.5. Lucro (prejuízo) líquido por ação

Está calculado com base no número de ações existentes na data do levantamento das demonstrações contábeis

2.2.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.2.7. Novas normas e interpretações

Atualmente os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (“CPC”), são as seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos em vigor

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 3 / CPC 15 Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48 Instrumentos Financeiros; IFRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros -	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais de contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos de incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2020

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Descrição	Vigência
Reconhecimento e Mensuração		
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis; e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimento com objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID 19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48; IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma de taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021

b) Normativo emitido pelo IASB e ainda não homologado pelo CPC

Norma	Descrição	Vigência
IAS 37 / CPC 25 Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir e avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex: custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Aplicações Financeiras

Descrição	2022	2021
Aplicações financeiras (a)	288.346	265.960
Total	288.346	265.960

(a) As aplicações financeiras registradas no ativo circulante como caixa e equivalentes a caixa estão representadas por recursos aplicados em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), cuja rentabilidade tende a se igualar à taxa DI. Essas operações são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data do balanço. Estes investimentos podem ser resgatados a qualquer momento pela Companhia, por um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança no seu valor.

Não há saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia dados em garantias de dívidas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

4. Aplicações financeiras a Longo Prazo

Descrição	2022	2021
CDB - Certificados de depósitos bancários	94.634	-
Total	94.634	-

As aplicações financeiras incluem, basicamente, títulos e valores mobiliários que são representados por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados a taxa média de 80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como contraparte um banco com alto *rating*. Estão classificadas no não circulante em virtude de estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido pela instituição financeira para concessão do empréstimo, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

5. Imobilizado

		31/12/2022		31/12/2021	
	Taxas	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	10 %	1.907.062	(204.174)	1.702.888	1.832.472
Total					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Máquinas e Equipamentos
Taxa de depreciação (a.a.)	10%
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021	1.336.322
Adições	511.549
(-) Depreciações (a)	(15.399)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	1.832.472
(+) Adições	59.191
(-) Depreciações (a)	(188.775)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	1.702.888

(a) O ativo imobilizado está constituído ao custo de aquisição.

5.1. Análise de recuperabilidade do imobilizado (*impairment*)

Não foram identificadas evidências internas e/ou externas que suscitassem indicativos de *impairment*, estabelecidos pelo CPC 01 (R1), motivo pelo qual a Companhia não testou o valor recuperável do saldo líquido do ativo imobilizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Moeda	Vencimento	2022
Financiamento BNB* Contrato 304.2020.626.1119	Real	Jun-2036	1.670.159
Total			1.670.159
Passivo circulante			94.091
Passivo não circulante			1.576.068
Total			1.670.159

*BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Os empréstimos e financiamentos estão atrelados a taxas pré-fixadas e pós-fixadas, sendo a fixa de 1,0342% a.a. e a variável sendo o FAM (fator de atualização monetária) que deriva da variação do IPCA, e referem-se, basicamente, a créditos destinados à implantação da usina de geração fotovoltaica, para o qual foi dado em garantia:

- Fiança bancária no valor de \$1.783.740 conforme contrato nº 103076-6, junto ao banco ITAÚ UNIBANCO S/A
- Cessão fiduciária de conta reserva em aplicação financeira com saldo equivalente de no mínimo R\$ 90.000 (Nota 4); e
- Propriedade fiduciária dos equipamentos da Companhia.

6.1. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 está assim representada:

Descrição	2022
Saldo inicial	-
(+) Adições	1.694.555
(+) Juros incorridos	10.671
(-) Pagamento de principal e juros	(35.067)
Saldo final	1.670.159

6.2. Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

As principais cláusulas contratuais restritivas dos empréstimos e financiamentos são:

- Necessidade de contratação de seguros das instalações industriais;
- Anuência da instituição financeira credora para mudança de controle acionário; e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Manutenção de fundo de liquidez em conta reserva em instituição financeira, no montante mínimo equivalente a R\$ 90.000, durante todo o prazo do financiamento.

A penalidade para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Até 31 de dezembro de 2022, não houve manifestação por parte dos credores, ou quaisquer outras partes interessadas relacionada ao não cumprimento dessas cláusulas restritivas.

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito está representado por 558.844 (quinhentos e cinquenta e oito mil e oitocentos e quarenta e quatro reais) ações, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado pelos acionistas no montante de R\$ 558.844 (R\$ 1.874 em 2020), em moeda corrente nacional, assim distribuídas:

Acionistas	Quantida de de ações	R\$ mil	%
Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Solar I	530.742	530.742	95
Felipe Brito Cavalcanti Rebelatto	22.365	22.365	4
Gabriel de Barros Barreto Mota	5.737	5.737	1
Total	558.844	558.844	100

Foram aprovados no ano de 2022, 3 (três) reduções de capital, sendo:

- Gabriel de Barros Barreto Mota: R\$ 19.789 em 07/11/2022
- Felipe Brito Cavalcanti Rebelatto: R\$ 75.726 em 07/11/2022
- Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Solar I: R\$ 1.830.776 em 07/11/2022

Foram aprovados no ano de 2022, 2 (dois) aportes de capital, sendo:

- Felipe Brito Cavalcanti Rebelatto: R\$ 410 em 23/11/2022
- Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Solar I: R\$ 20.526 em 28/01/2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

7.2. Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações, já que o estatuto social da Companhia é omissivo quanto a determinação da porção dos lucros a ser classificada como dividendo mínimo obrigatório.

8. Receita líquida

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços prestados	572.125	164.747
COFINS sobre receita bruta	(43.481)	(12.521)
PIS sobre receita bruta	(9.440)	(2.718)
ISS sobre receita bruta	(1.200)	(225)
Total das deduções da receita bruta	(54.121)	(15.464)
Total da receita líquida de vendas	518.004	149.283

9. Custos dos serviços prestados

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aluguel e Condomínio – PJ	(6.340)	(442)
(-) PIS Créditos sobre aluguéis	105	7
(-) COFINS Créditos sobre aluguéis	482	34
Assessoria Interna	(16.523)	(3.939)
Operações e Manutenções	(47.901)	-
Locações de Bens	(35.404)	-
Vigilância Patrimonial	(9.200)	-
Gestão de Contas	(9.117)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seguros	(5.955)	-
Custo Depreciações e Amortizações	(188.775)	(15.399)
(-) PIS Créditos sobre Depreciação	1.276	106
(-) COFINS Créditos sobre Depreciação	5.876	490
Total	(311.476)	(19.143)

10. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2022	2021
Consultoria técnica	-	(42.600)
Informática	-	(29.095)
Advocacia	(27.606)	(14.663)
Contabilidade	(18.749)	(22.368)
Locação de Bens	-	(14.388)
Aluguel de imóveis	-	(9.929)
Serviços prestados PJ	(10.006)	(32.893)
Serviços prestados PF	(189)	(2.744)
Seguros	-	(24.111)
Viagens e Hospedagens	(1.796)	(9.558)
Despesas com Cartório	(11.267)	(1.402)
Auditoria	(7.974)	(8.188)
Energia elétrica	-	(20.542)
Pró-labore	(14.544)	-
Ambiental, Fundiário e Conexão	(1.500)	-
Geral e Administrativas	(1.125)	-
Captação de Recursos	(7.500)	-
Implantação	(9.049)	-
INSS	(2.942)	(549)
Outros	(1.580)	(402)
Total	(115.827)	(233.432)

11. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2022	2021
Rendimentos de Aplicações Financeiras	42.608	9.699
PIS s/ Receitas Financeiras	(277)	(63)
COFINS s/ Receitas Financeiras	(1.704)	(388)
Total de receitas financeiras	40.627	9.248
Despesas bancárias	(1.696)	(10.614)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2022	2021
IOF	(2.067)	(52)
Comissão de Fiança Bancária	(28.099)	-
Juros S/ Empréstimos	(10.671)	-
Total de despesas financeiras	(42.533)	(10.666)
Despesas financeiras, líquidas	(1.906)	(1.418)

12. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas ligadas ao grupo sob controle do acionista controlador, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1). Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis, bem como transações mantidas com partes relacionadas durante os exercícios que tenham efeito sobre o resultado são:

12.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 2022 a Companhia efetuou pagamentos a título de pró-labore, no montante de \$14.544, aos membros da Diretoria, pelos serviços prestados no exercício.

Não houve qualquer outro pagamento de benefícios e/ou operações envolvendo o pessoal-chave da Administração.

12.2. Outras informações

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

Não existem avais e garantias concedidas pela Companhia em favor de suas partes relacionadas.

13. Processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas com processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam processos judiciais contra a Companhia de perspectiva

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

de perda provável que requeiram constituição de provisões, bem como possíveis divulgações requeridas.

14. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis, e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

14.1. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado, conforme segue:

Descrição	Classificação	2022	2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	154.673	13.679
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	288.346	252.502
Aplicações Financeiras ao Longo prazo	Valor justo por meio do resultado	94.634	-
Total dos ativos		537.653	266.181
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	33.113	27.753
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	158.901	0
Obrigações Tributárias	Custo amortizado	502	1.2123
Obrigações Trabalhistas e Sociais	Custo amortizado	2.908	15
Total dos passivos		195.424	28.980

Valor contábil versus valor justo

Para todas as operações, a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data.

14.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve alteração na política de gerenciamento de riscos financeiros em relação ao exercício anterior.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ e ‘Aplicações financeiras’ da Companhia são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem grau elevado de *rating*.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém linhas de crédito disponíveis e reservas financeiras aplicadas em instituições financeiras de alto *rating* para suprir com suas obrigações.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de materiais. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxa de juros

Risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado.

Não há risco relevante de variações nas taxas de juros advindo de seus passivos financeiros, já que atualmente a Companhia não possui nenhuma operação deste tipo.

15. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado do exercício é demonstrada como segue:

Descrição	2022	2021
Resultado contábil antes do IRPJ e CSLL	72.769	(104.066)
Compensação de Prejuízos Fiscais	(21.831)	0
IR E CS às alíquotas da legislação	50.938	0
Alíquota de 15% (IRPJ)	(7.641)	0
Alíquota de 9% (CSLL)	(4.584)	0
IRPJ e CSLL no resultado	(12.225)	0
Alíquota efetiva	24%	0%

16. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía seguros contratados referentes a danos materiais (quebras de máquinas, danos elétricos, incêndios, raios, explosões de qualquer natureza e implosões) para todo o estoque e para as edificações, equipamentos, instalações e máquinas, além de riscos relacionados com responsabilidade civil, com cobertura total de R\$ 21.774 (vinte e um milhões, setecentos e setenta e quatro reais). Essa cobertura é considerada suficiente pela Administração, segundo opinião de seus assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

UFV MIRA FLORES I ENERGIA SPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

* * *

Fernando Buarque de Gusmão Filho
Diretor Executivo

Paulo Ricardo Nascimento Moura
Contador CRC-PE 028860/O-6